



RESOLUÇÃO Nº 3.681, DE 6 DE OUTUBRO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelos incisos IV e VII do art. 20 e inciso I e § 1º do art. 5º, todos do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 3.585-ANTAQ, de 18 de agosto de 2014, considerando o que consta do processo nº 50300.001468/2013-38 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria em sua 24ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a estrutura organizacional e os procedimentos de assessoramento e consultoria jurídica da Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Fica revogada a Resolução nº 2121-ANTAQ, de 29 de junho de 2011.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

MÁRIO POVIA

ANEXO

APROVA A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E OS PROCEDIMENTOS DE ASSESSORAMENTO E CONSULTORIA JURÍDICA DA PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

Capítulo I

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 1º. A PF/ANTAQ é constituída pelos seguintes órgãos:

I. Procurador-Chefe

II. Subprocurador-Chefe;

III. Assessoria Administrativa - ASS;

IV. Núcleo de Consultoria e Assessoramento - NCA, composta pelos seguintes subnúcleos:

a. Subnúcleo de atos normativos do Núcleo de Consultoria e Assessoramento;

b. Subnúcleo de outorgas do Núcleo de Consultoria e Assessoramento;

V. Núcleo de Licitações, Contratos e Procedimentos Administrativos - NLC;

VI. Núcleo de Contencioso - NCO; e

VII. Núcleo de Processos Punitivos e Dívida Ativa - NPD.

Capítulo II

DA DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Seção I

Procurador-Chefe

Art. 2º. Ao Procurador-Chefe da PF/ANTAQ compete, em especial:

I. Gerir as atividades da PF/ANTAQ, organizar a sua estrutura interna, supervisionar as suas atividades e orientar-lhe a atuação;

II. Aprovar pareceres e notas elaborados pelos procuradores federais em exercício na Procuradoria;

III. Aprovar com ressalvas ou não aprovar pareceres e notas elaborados pelos procuradores federais em exercício na Procuradoria, promovendo a devida fundamentação, nos termos do artigo 8º e seguintes da Portaria AGU n. 1.399, de 5 de outubro de 2009;

IV. Representar a PF/ANTAQ na ANTAQ, na Advocacia Geral da União - AGU e em eventos externos;

V. Receber, via Assessoria Administrativa, os pedidos de reunião realizados por particulares e por órgãos ou entidades públicas dos poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, da União ou dos Estados, pelo Ministério Público e Municípios e avaliar a oportunidade de agendamento, nos termos do Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002, e nas Portarias AGU n. 910/2008 e 561/2012.

VI. Realizar as reuniões agendadas de acordo com o procedimento fixado no Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002, e nas Portarias AGU n. 910/2008 e 561/2012.

VII. Definir as ações e medidas judiciais especiais, relevantes, urgentes e sigilosas de competência da PF/ANTAQ, consoante o disposto na Portaria PGF n. 530/2007 e demais atos normativos da AGU;

II - divulgar os resultados alcançados com o Programa "Um por Todos e Todos por Um! Pela ética e cidadania", em especial o número de escolas e alunos beneficiados;

III - realizar ações necessárias para a divulgação e expansão do Programa "Um por Todos e Todos por Um! Pela ética e cidadania" dentro de sua área de atuação.

Art. 6º - Constituem-se obrigações do ente parceiro:

I - executar as ações do Programa "Um por Todos e Todos por Um! Pela ética e cidadania", com zelo, tempestividade e buscando alcançar a eficiência e êxito em suas atividades, bem com observar as orientações da CGU;

II - divulgar os resultados alcançados com o Programa "Um por Todos e Todos por Um! Pela ética e cidadania", em especial o número de escolas e alunos beneficiados, bem como disponibilizar os dados analíticos da execução para a CGU, quando solicitado;

III - realizar a seleção e captação das escolas participantes;

III - responsabilizar-se pela impressão e distribuição do material do Programa "Um por Todos e Todos por Um! Pela ética e cidadania" às escolas participantes selecionadas;

IV - realizar ações necessárias para a divulgação do Programa "Um por Todos e Todos por Um! Pela ética e cidadania" dentro de sua área de atuação.

V - atender às demais condições necessárias constantes no termo de adesão anexo a esta portaria.

Art. 7º A execução das ações no âmbito do Programa "Um por Todos e Todos por Um! Pela ética e cidadania" não implica desembolso de recursos por parte da Controladoria-Geral da União, sendo que as despesas necessárias à plena consecução do objeto, tais como impressão e distribuição do material didático, serviços de terceiros, pessoal, deslocamentos, comunicação entre órgão e outras que se fizerem necessárias correrão por do órgão ou instituição responsável pela assinatura do Termo de Adesão, em anexo a esta Portaria.

Art. 8º O Programa "Um por Todos e Todos por Um! Pela ética e cidadania" será coordenado pela Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, e implementado pelas unidades regionais da CGU.

Art. 9º Fica delegada ao Secretário da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção a competência para assinatura do Termo de Adesão previsto no parágrafo único do art. 3º da presente Portaria.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE HAGE SOBRINHO

ANEXO

Termo de Adesão ao Programa

"Um por Todos e Todos por Um! Pela ética e cidadania"

(Nome do Órgão ou Instituição)

neste ato representado(a) pelo Senhor(a)

(Nome do responsável)

Portador(a) do CPF nº

Carteira de Identidade

(nº - órgão expedidor - UF)

do(a)

(cargo ocupado)

(órgão ou instituição parceira)

do localizado(a) na

(órgão superior - no caso de parceiro público - Município e UF)

(endereço completo)

oficializa, junto à União, por meio da Controladoria-Geral da União (CGU), a adesão ao Programa "Um por Todos e Todos por Um! Pela ética e cidadania".

Nos termos do Programa "Um por Todos e Todos por Um! Pela ética e cidadania", instituído pela Portaria CGU nº ..... de 2014, o ente parceiro se responsabiliza em garantir condições necessárias para a sua implementação, conforme descrição abaixo:

a) executar, conforme orientações emanadas da CGU, o projeto "Um por Todos e Todos por Um!" nas escolas integrantes de sua rede de ensino, de acordo com seu planejamento, assegurando a boa qualidade técnica das ações e dos serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;

b) observar, no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações elaboradas pela CGU com base no acompanhamento e na supervisão;

c) responsabilizar-se integralmente pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário e se encontrar em efetivo exercício nas atividades inerentes à execução do Programa, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes;

d) prestar as informações requeridas pela CGU, sobretudo aquelas necessárias à avaliação do projeto, nos prazos demandados;

e) apresentar à CGU relatório de avaliação do Programa bem como os questionários de monitoramento e avaliação aplicados;

f) submeter, formalmente, à CGU qualquer alteração, inclusão ou modificação que se faça necessária ao conteúdo do projeto, sendo que o silêncio da parte em nenhuma hipótese implicará em aceitação tácita;

g) comprometer-se, inclusive financeiramente, pela reprodução e distribuição das peças que compõem o projeto, também pela produção das provas de impressão;

h) comprometer-se de que toda a impressão das peças deverá passar por aprovação da CGU, para que seja mantido o padrão de qualidade.

i) comprometer-se a não alterar quaisquer características dos personagens ou das demais criações artísticas. Também não poderá fazer qualquer modificação ou inclusão no conteúdo das peças, cuja propriedade patrimonial e intelectual é exclusiva do Instituto Maurício de Sousa - IMS por cessão de Direitos Autorais previamente cedidos pelo autor Maurício Araujo de Sousa, em instrumento próprio.

j) manter as logomarcas da CGU e Instituto Maurício de Sousa - IMS em todas as peças do projeto;

k) caso haja interesse do parceiro de incluir nas peças sua logomarca, esta deverá ter a aprovação da CGU e do IMS. Em caso positivo, caberá ao IMS a aplicação da logomarca do parceiro nas peças. Fica vedada a inclusão de qualquer logomarca que não seja a do parceiro.

l) os custos inerentes à aplicação das logomarcas tratadas no item anterior serão de única e inteira responsabilidade do parceiro e serão tratados diretamente com o IMS.

m) enviar ao IMS, 2% (dois por cento) dos exemplares impressos das peças do projeto para que façam parte do seu acervo.

n) distribuir gratuitamente os kits didáticos para os participantes do Programa, ficando desde já acordado que os mesmos só poderão ser utilizados como parte integrante deste Programa, não podendo ser utilizados com quaisquer fins lucrativos, religiosos, bem como político-partidários.

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Adesão será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

Local

Data

(Assinatura do Secretário da STPC)

(Assinatura do Responsável Legal do Parceiro)

SECRETARIA DE PORTOS  
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES  
AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 3.680, DE 6 DE OUTUBRO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 20, inciso IV do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002003/2014-85, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Autorizar a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP a celebrar Contrato de Transição, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, com a empresa Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO, visando à manutenção da continuidade das operações do Terminal de Santos, realizadas na área de 255.569m² (duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e nove metros quadrados), do porto organizado de Santos, nos termos do art. 35, §1º, da norma aprovada pela Resolução nº 2.240-ANTAQ, de 4/10/2011, com a redação dada pela Resolução nº 2.826-ANTAQ, de 12/3/2013, c/c o Despacho Ministerial GM/SEP/PR-2014, de 30 de abril de 2014.

Art. 2º Estabelecer que, uma vez expirado o prazo contratual sem que o procedimento licitatório da área em questão tenha sido concluído pela autoridade competente, desde que mantidas as mesmas condições de exploração e operacionalidade, a Autoridade Portuária ficará autorizada a celebrar novo instrumento contratual, nos mesmos moldes, devendo encaminhá-lo por cópia à ANTAQ em até 30 (trinta) dias após a sua assinatura.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA